



Comissão aprova voto aberto na eleição do presidente do Senado

Votação atualmente é secreta; projeto de resolução estabelece que escolha de presidentes de comissões também se tornará pública



Pedro Franco/Agência Senado

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Vital do Rêgo, conduz a reunião em que os senadores aprovaram o projeto que expande o voto aberto na Casa

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou o projeto que torna abertas as votações para os integrantes da Mesa do Senado e para os presidentes das comissões. As votações hoje são secretas. A mudança se faz necessária, segundo o autor do projeto original, senador Pedro Taques, porque os parlamentares já não estão à mercê de forças dominantes. O texto vai agora à comissão incumbida de propor a reforma do Regimento Interno do Senado. **3**

Empréstimos do BNDES a Eletrobras e EBX serão tema de audiências 5

Formado grupo de parlamentares que vai avaliar vetos ao Ato Médico 7

Um Photo/Rick Bajornis



Comissão de Educação quer ouvir Malala 8

Em 12 de julho, no seu aniversário de 16 anos, paquistanesa participou de assembleia da ONU e disse que ameaças não a silenciarão

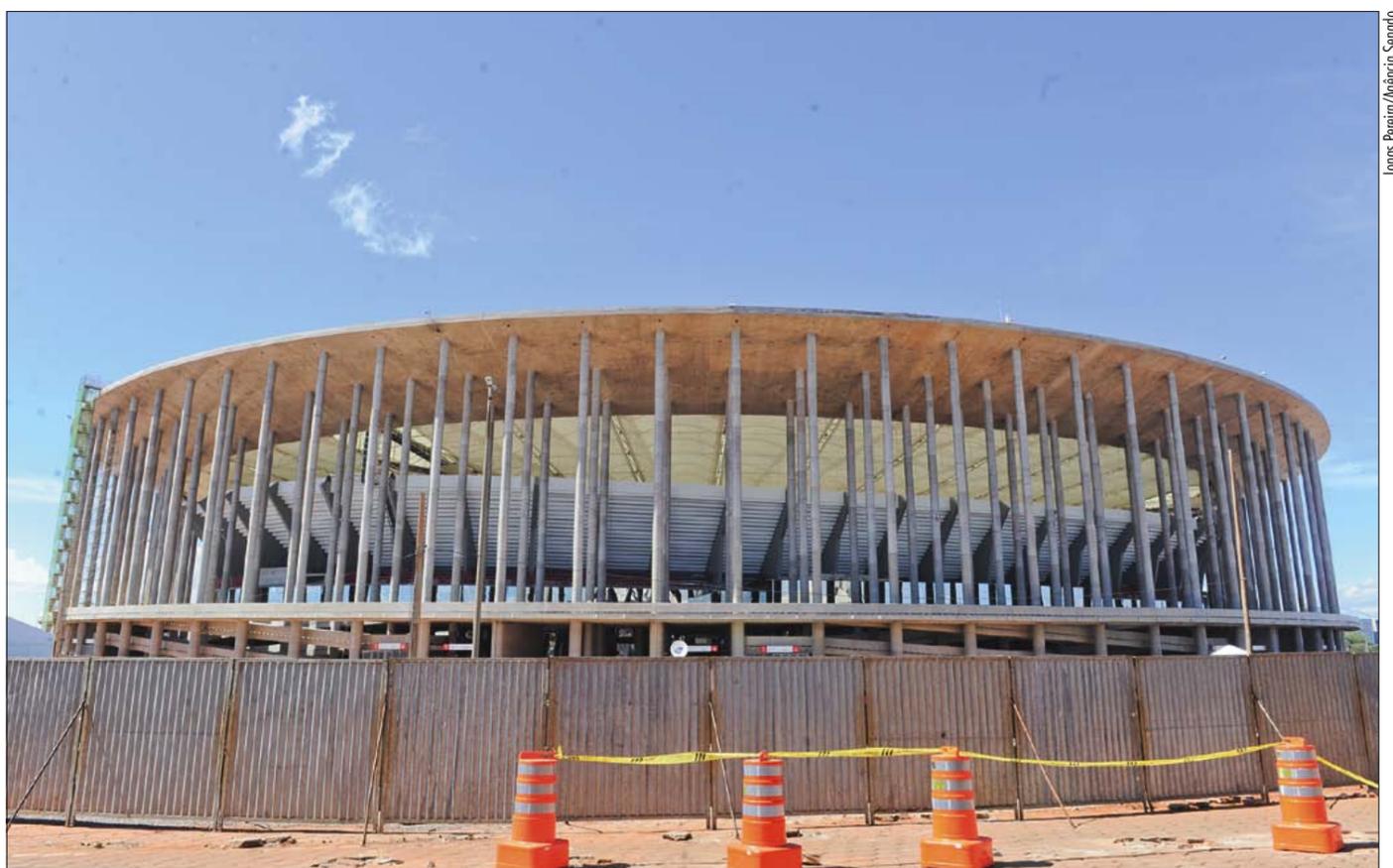
Ação civil pública poderá ser movida para proteger patrimônio social 6

Vai a Plenário texto que dá gratificação a servidores de fronteira 8

Congresso examina instalação de CPI da Copa

Indícios de superfaturamento em reformas de aeroportos e estádios motivaram pedido de investigação que está sendo avaliado pela Mesa do Congresso, com assinaturas de 28 senadores e 192 deputados. Os mínimos exigidos para instalação de CPI são 27 senadores e 171 deputados. **2**

O Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília, foi alvo de protestos durante as manifestações de junho, como na abertura da Copa das Confederações



Jonas Pereira/Agência Senado

Pedido de CPI da Copa chega à Mesa do Congresso

Autor do requerimento pretende que senadores e deputados investiguem suspeitas de superfaturamento em obras como reformas de estádios e aeroportos

FOI PROTOCOLADO ONTEM na Mesa do Congresso requerimento pedindo a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista para investigar supostos desvios de recursos públicos em obras de preparação para a Copa do Mundo de 2014, que acontecerá no Brasil.

A CPI vai atender uma das pautas das manifestações que ganharam as ruas do país no mês passado. Se confirmada, a CPI mista deve ser composta por 15 senadores e 15 deputados, com o mesmo número de suplentes, e ter prazo de funcionamento de 180 dias. A Mesa do Congresso fará conferência das assinaturas.

O autor do requerimento é o deputado federal Izalci (PSDB-DF). Ele conseguiu assinaturas de 192 deputados e 28 senadores. Para a abertura de CPI mista, é necessário o apoio de pelo menos 171 deputados e 27 senadores. Izalci disse que já analisou 180 acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre obras da Copa. Segundo ele, os documentos



O Brasil terá 12 cidades-sede que receberão jogos da Copa de 2014, como Brasília, onde o Estádio Nacional Mané Garrincha também foi palco da Copa das Confederações

trazem indícios de superfaturamentos em reformas de aeroportos e estádios. Sobre possíveis retiradas de assinaturas que inviabilizariam a criação da CPI, o deputado disse acreditar que conseguirá mais adesões.

PT discorda

Wellington Dias (PT-PI) afirmou que a bancada do PT no Congresso acredita não existirem fatos concretos

relevantes que justifiquem a criação da CPI, como exige a Constituição.

Alvaro Dias (PSDB-PR), por sua vez, parabenizou o deputado e reiterou que a CPI da Copa vai apurar supostos desvios de recursos públicos. Ele disse esperar que não haja uma “operação abafa”.

— Teremos revelações importantes. Que essa CPI se instale e possa trabalhar, possa aprofundar as investigações.

Que não haja a operação abafa para impedir a revelação de eventuais irregularidades. O Brasil não suporta esse escândalo do superfaturamento de obras para a Copa do Mundo — afirmou o senador.

Na opinião de Alvaro, a CPI será fundamental para a responsabilização civil e criminal, se, eventualmente, agentes públicos se envolveram em falcaturas na concretização de obras para a Copa.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

Sessões plenárias

A pedido dos líderes partidários, o Senado não fará sessões plenárias de 18 a 31 de julho. Se houver necessidade, será convocada sessão do Congresso.

Alvaro propõe concurso para conselheiros dos tribunais de contas

Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu a realização de concurso público para conselheiro dos tribunais de contas. O senador criticou o atual modelo de escolha, que, segundo ele, favorece indicações políticas em detrimento do critério técnico.

— Regra geral, os tribunais de contas no país se constituem em comitês eleitorais, ocupados por políticos em final de carreira. Fechados, prestariam serviço maior à população.

Ele mencionou o protesto de jovens no Paraná contra a última eleição para conselheiro do Tribunal de Contas do estado. Foram mais de 40 candidatos. O eleito foi um deputado.



Proposta da senadora estende direito às defensorias da União e do DF

Vanessa comemora PEC que garante autonomia das defensorias públicas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou a aprovação, pela Câmara, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que garante autonomia à Defensoria Pública da União. De autoria da senadora, o texto foi aprovado no Senado em agosto de 2012 e agora segue para sanção presidencial, que deve ocorrer em agosto.

A PEC 82/2011 altera o artigo 134 da Constituição, explicou a senadora, corrigindo uma distorção que vem desde a reforma do Judiciário, em 2004. Na ocasião, lembrou ela, a Emenda 45 concedeu autonomia administrativa, financeira e funcional às defensorias públicas estaduais, mas não às Defensorias da União e do Distrito Federal.

Pinheiro quer apoio a projeto que beneficia contas das prefeituras

Walter Pinheiro (PT-BA) pediu o apoio dos colegas para a aprovação do projeto dele que permite que despesas não pagas pelo município em um ano possam ser repassadas para o orçamento do ano seguinte (PLS 44/2013 — Complementar).

A intenção é auxiliar as finanças municipais, uma vez que as prefeituras são, muitas vezes, obrigadas a assumir despesas geradas por decisões federais e estaduais.

Um exemplo dado por Pinheiro foram as isenções no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), concedidas pelo governo federal. O IPI é uma das principais fontes de renda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).



Walter Pinheiro, autor de projeto que trata dos orçamentos municipais



Senador ressalta descaso dos governos com comunidades rurais

Mozarildo defende novas regras para criação de municípios

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) relatou a visita de equipe dele a 13 localidades da região do Baixo Rio Branco, em Roraima. Ele lamentou a situação de “descaso total” dos governos do estado e dos municípios com as comunidades, onde faltam escolas de ensino médio, transporte escolar e postos de saúde em funcionamento.

O senador pediu apoio para projeto de autoria dele que cria “princípios moralizadores” para a criação de municípios.

— Do jeito que está, não se consegue criar, mas, quando se cria, cria-se sem regras fixas.

Mozarildo também criticou a MP do Programa Mais Médicos e os vetos ao Ato Médico. Para ele, o problema é a má distribuição dos profissionais.

Gurgacz pede que população de Rondônia participe da política

Acir Gurgacz (PDT-RO) fez um apelo para que os “cidadãos de bem” de Rondônia participem da vida política do estado para evitar que bandidos disfarçados de políticos ocupem espaços. O senador se referia aos políticos presos no início de julho, durante a Operação Apocalipse, da polícia civil.

Na operação, mais de 50 pessoas foram presas em oito estados, entre elas vereadores, empresários e pessoas ligadas a deputados estaduais, todas envolvidas com tráfico de drogas.

Gurgacz defendeu a participação direta da população nas decisões políticas por vias democráticas, como conselhos municipais, voto e escolha consciente dos candidatos.



Senador destaca importância de conselhos municipais e voto consciente



Alvaro Dias diz que conselheiros são escolhidos por indicação política

Projeto de resolução acaba com votação secreta para a Mesa e as comissões; texto agora vai para a Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno

Comissão aprova voto aberto para presidente do Senado

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a proposta que torna aberta a votação para a eleição do presidente do Senado e das comissões. O texto aprovado é um substitutivo de Sérgio Souza (PMDB-PR) ao Projeto de Resolução 8/2013.

A proposta muda todos os artigos do Regimento Interno que estabelecem votação secreta para eleição dos membros da Mesa, e não só o artigo 291 (que prevê secretas, entre outras votações, a de perda de mandato de senador), como previa o projeto original, de Pedro Taques (PDT-MT).

O substitutivo determina que a eleição para os integrantes da Mesa sejam abertas e veda a possibilidade de o Plenário adotar votações secretas.

A proposta será agora enviada à Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno, que deverá apresentar um relatório com sugestões para atualizar o processo legislativo.

Taques afirma que o sistema parlamentar brasileiro, apesar de prever exceções, sempre



Os senadores da CCJ na sessão em que se aprovou o projeto de resolução

manteve como regra o voto aberto e público. Porém, assinalou que dispositivos do regimento do Senado preveem voto secreto em hipóteses sem respaldo na Constituição, o que permite ao parlamentar “esconder da população” as escolhas dele.

Taques cita como exemplo de uso indevido do voto secreto as eleições de cargos das Mesas, inclusive para a Presidência do Senado. Ele também destaca como desvio da norma constitucional um dispositivo que autoriza o voto secreto

nos casos em que o Plenário determinar.

A seu ver, a publicidade é essencial ao ato público. Como o voto é a principal atividade parlamentar, ele afirma que a ocultação, sem prévia autorização constitucional, contradiz o sistema.

O senador diz que o voto secreto surgiu como meio de proteger a independência do parlamentar em relação às forças dominantes. No entanto, entende que no atual estágio democrático não há mais razões para “temores ou represálias”.

Prazo menor para partido entregar ata de convenção

Foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) um projeto que estabelece prazo máximo de 24 horas para os partidos políticos fornecerem a ata de convenção partidária à Justiça Eleitoral.

O PLS 281/2013 é do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

— A proposta é altamente moralizadora. Entre a convenção e o dia do registro da candidatura, cinco dias após, coisas do arco da velha acontecem na calada da noite. Atas são falsificadas ou nem sequer são assinadas no dia da convenção, ficando em aberto para confabulações políticas e financeiras. É a fraude institucionalizada no sistema eleitoral — afirmou Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

O PLS 281/2013 foi aprovado em caráter terminativo e poderá ir para a Câmara.

Votação da PEC dos Mensaleiros fica para agosto

Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) pediu mais tempo para analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2013, que determina a perda automática do mandato de parlamentares após condenação definitiva por improbidade administrativa ou por crimes contra a administração pública.

Eduardo Braga (PMDB-AM) fez ontem a leitura de seu relatório na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Logo depois, foi apresentado o pedido de vista. Por essa razão, a matéria voltará à pauta da comissão em agosto.

Conforme a proposição, apelidada pelo autor, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), de PEC dos Mensaleiros, a Mesa da Casa legislativa da qual fizer parte o parlamentar deve se limitar a declarar a perda do cargo após a sentença transitada em julgado (depois que não couber mais recurso).

Projeto de lei regulamenta a impugnação de pesquisas eleitorais

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou projeto que regulamenta a impugnação de pesquisas eleitorais (PLS 2/2013). A autora da proposta, Ana Amélia (PP-RS), explicou que o objetivo é evitar que “institutos de pesquisa de fundo de quintal, contratados

em cima da hora, influenciem o voto”. Para ela, a iniciativa não afeta as pesquisas feitas por institutos “sérios”.

— A intenção é botar ordem na bagunça que é a realização de pesquisas, principalmente no interior do país — disse.

Ana Amélia ressaltou que

as medidas já se encontram na Resolução 23.364/2011, do Tribunal Superior Eleitoral. Segundo ela, as normas ganhariam mais legitimidade em uma lei formal.

O texto recebeu voto favorável do relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), e será encaminhado

à Câmara, se não houver recurso para votação em Plenário.

O projeto — que acrescenta um artigo à Lei das Eleições — permite ao Ministério Público Eleitoral, aos candidatos e aos partidos políticos impugnar o registro ou a divulgação de pesquisas eleitorais quando

elas não atenderem exigências como a obrigação de registrar na Justiça Eleitoral quem pagou pela pesquisa, os valores gastos, a metodologia e o período em que o levantamento foi feito, o questionário aplicado e o plano amostral, entre outros itens.

Paim destaca nota de procuradores em defesa do voto aberto



O fim do voto secreto em todas as decisões do Congresso tem o apoio da

Associação Nacional dos Procuradores da República, segundo nota lida por Paulo Paim (PT-RS).

Os procuradores pedem que a PEC 20/2013, de autoria do senador, seja votada pelo Plenário logo que possível. Ele destacou também o apoio do PT à proposta e disse que “as vozes das ruas” exigem o fim do voto secreto.

— O voto aberto em todas as situações representa o aprimoramento da democracia brasileira — afirmou.

Valdir Raupp pede atenção para reforma política em agosto



O Senado foi “bastante produtivo” no primeiro semestre, considerou Valdir Raupp (PMDB-RO). Entre as mais de 540 proposições aprovadas, o senador destacou a PEC 3/2011, que simplifica as regras para a apresentação de projetos de iniciativa popular.

O senador ainda ressaltou a discussão da reforma política, prevista na pauta de agosto.

— Atende a uma reivindicação que está, mesmo que implicitamente, na origem dos protestos populares: a reivindicação de maior participação política — afirmou.

Humberto apoia financiamento misto de campanha eleitoral

Humberto Costa (PT-PE) disse que o Congresso deveria abraçar a proposta do Movimento contra a Corrupção nas Eleições de financiamento misto de campanhas eleitorais.

— Não adianta fazer discurso de perfumaria, se deve ou não manter coligação proporcional, ter um ou dois suplentes para senadores, sem que se debata o financiamento das campanhas.

Com o modelo do Movimento contra a Corrupção nas Eleições, que mantém uma parte do financiamento público, como hoje, além da participação só de pessoas físicas no financiamento privado, haveria redução de custos e maior transparência, disse o senador.

Lídice: país deve manter conquistas democráticas



Um projeto de reforma política não pode retroceder na garantia

dos direitos assegurados pela Constituição, disse Lídice da Mata (PSB-BA). A senadora sugeriu a criação de uma comissão para iniciar negociações da reforma com a Câmara.

Apesar de reconhecer progresso na representação política, Lídice destacou que o Congresso ainda é composto majoritariamente pela elite econômica do país.

— Não posso pensar em um projeto que não garanta a participação de mulheres e negros no Parlamento — afirmou.

Para Casildo, reforma política foi “bode na sala” do Congresso



Casildo Maldaner (PMDB-SC) usou a metáfora do bode na sala para

descrever como a discussão sobre reforma política por plebiscito ou referendo desviou a atenção da opinião pública sobre reformas relevantes. Ele disse que foi gasto tempo na discussão de uma reforma política, coisa que o Senado havia aprovado em 2011, deixando-se de lado as reformas tributária e administrativa.

Ele disse que a reforma política é importante, mas afirmou que a reforma tributária “recebeu o apoio incontestável das manifestações”.

Randolfe cobra análise de PECs sobre sistema político-eleitoral



Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) defendeu a inclusão, na agenda prioritária

do Senado, de três propostas que modificam o sistema político-eleitoral. Uma delas acaba com o voto secreto no Congresso. Para Randolfe, há muitas respostas a serem dadas pelo Congresso às reivindicações sociais.

— É fundamental percebermos que a apreciação dessa pauta foi motivada pelas mobilizações de junho. Esse clima está presente no coração da sociedade, não está adormecido. É importante que compreendamos que esse clima é latente.

Relator: MP que trata de porto seco caducará

Medida provisória muda modelo jurídico dos portos secos de concessão para licença, o que exclui necessidade de licitação. Prazo para votação se encerra em 4 de agosto

FOI NOVAMENTE ADIADA a votação da Medida Provisória (MP) 612/2013, que amplia a desoneração da folha de pagamentos e reestrutura o modelo jurídico dos portos secos. A votação seria na comissão do Congresso que analisa a MP.

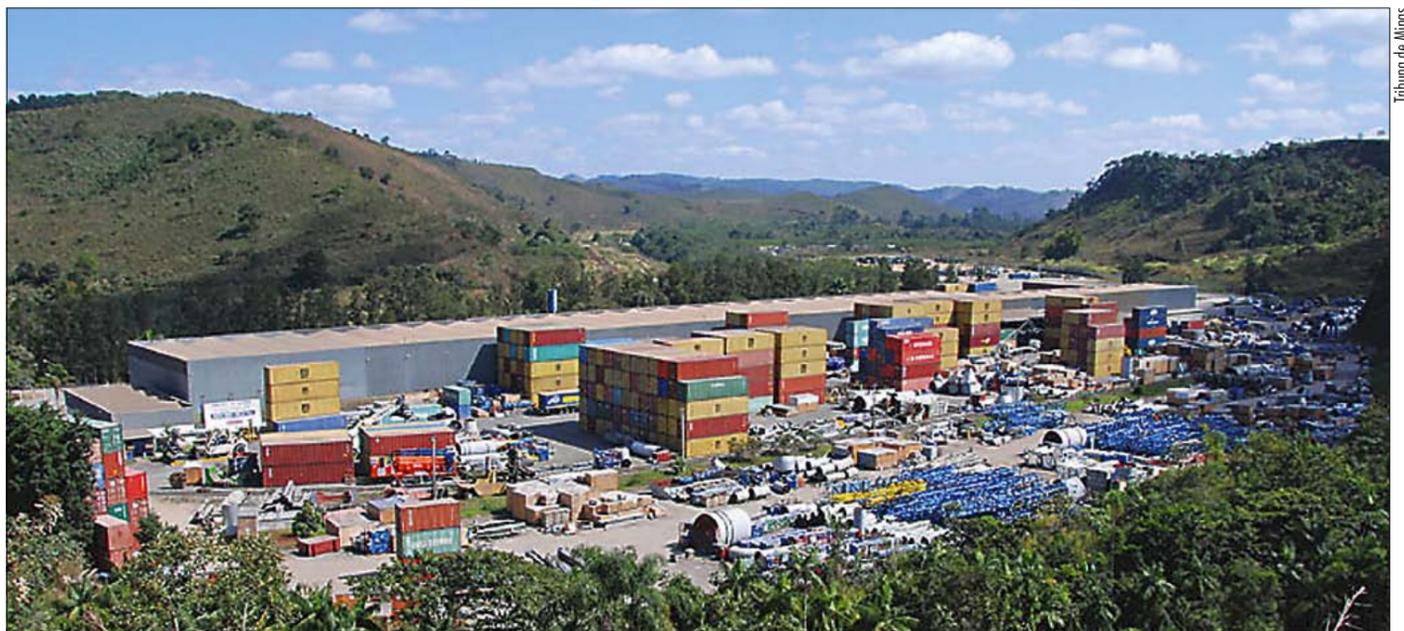
Com o adiamento, não deve haver tempo hábil para que o texto seja aprovado pela Câmara e pelo Senado até 4 de agosto, quando termina o prazo para a aprovação.

A falta de tempo se dá em razão do período que seria de recesso parlamentar, de 18 a 31 de julho, mas que não será iniciado devido à não votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014. Assim, nesse período, os prazos continuarão a ser contados.

A expectativa do relator da MP, deputado Alfredo Kaefer (PSDB-PR), é que não haja votações no período:

— A Medida Provisória 612 está ferida de morte e nós estamos acompanhando as exéquias. Nós estamos em cortejo final.

As controvérsias em torno da MP fizeram com que a votação fosse adiada mais de uma vez.



Presidente da comissão que analisa a MP dos portos secos, como o de Juiz de Fora (MG), Ricardo Ferraço é contra o fim das concorrências públicas na operação do setor

Os integrantes da comissão, disse o relator, usaram de “movimentos protelatórios”:

— O PMDB, por exemplo, não queria a aprovação do texto principal dos portos secos.

Os portos secos são depósitos alfandegários fora de portos organizados, geralmente no interior. O objetivo é diminuir custos e prazos para importações e exportações. A principal mudança trazida pela MP era

no modelo jurídico de organização desses portos, que passariam do modelo de concessão para o de licença — o que dispensa licitação.

O presidente da comissão, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), se disse contrário à mudança:

— O governo deseja, com o apoio do relator, que isso deixe de ser uma concessão e se transforme numa autorização.

Abrir mão da concorrência pública é estar no limite da irresponsabilidade.

Na avaliação de Ferraço, apesar do prazo exíguo, ainda não é possível declarar a “morte” da MP. Ele acredita que os próximos dias determinarão o sucesso ou insucesso do texto. Não informou se serão convocadas novas reuniões.

Apesar da possibilidade de que a MP caduque, alguns

itens do texto não deixarão de virar lei. Parte já foi contemplada em outras medidas aprovadas pelo Congresso. É o caso de desonerações incluídas na MP 610/2013, aprovada na última semana.

Quanto aos portos secos, o relator crê que o governo incluirá o conteúdo em novas MPs, já que não é possível reeditar uma MP sobre o mesmo tema após esgotamento de prazo.

“Podemos fazer um segundo semestre melhor ainda”, diz Viana



Jorge Viana (PT-AC) disse que o Senado incorporou o chamamento da sociedade ao aprovar 36 projetos da pauta prioritária nas últimas duas semanas. Ele propôs que o ritmo de trabalho prossiga nas comissões com mais planejamento.

— Podemos fazer um segundo semestre melhor ainda, com tempo, responsabilidade e atenção — sugeriu.

O senador disse que as manifestações populares surpreenderam de maneira positiva e balizaram as instituições democráticas. Segundo Viana, o Senado executava uma pauta administrativa e passou a ser pautado “de fora para dentro”.

— As manifestações chacoalharam o Brasil, acordaram as instituições, pautaram os governos.

Dilma deve parar de agir pensando na reeleição, afirma Agripino



José Agripino (DEM-RN) cobrou “atitudes políticas” do governo em relação à diminuição dos gastos públicos. Para ele, o Brasil só conseguirá atravessar o momento de dificuldade na economia se Dilma Rousseff parar de pensar em 2014.

— O momento grave da economia que estamos vivendo recomenda uma conciliação nacional, a começar por uma atitude de estadista da presidente Dilma: despir-se da condição de candidata à reeleição e fazer aquilo que o país quer. É uma unanimidade [o desejo de] diminuir o tamanho do Estado.

Ele criticou a resposta aos protestos de rua. Para ele, os pactos anunciados após reunião com prefeitos e governadores não geraram nenhuma consequência.

Wellington atribui reivindicações a melhoria nas condições de vida



A cobrança da população por melhores serviços públicos é possível graças ao atendimento de outras necessidades, disse ontem Wellington Dias (PT-PI). Para ele, os últimos governos registraram avanços em áreas como saneamento, acesso à energia elétrica e habitação, o que permitiu novas demandas.

Outro avanço citado são as condições da educação. Como exemplo, citou o Piauí, que em 11 anos teria triplicado o número de pessoas com ensino médio. Para o senador, o governo acertou ao tentar criar as condições para melhorar a saúde, especialmente nos locais em que faltam médicos. Ressaltou, porém, que não é necessário só aumentar o número de profissionais, mas melhorar a qualidade desses médicos.

Bauer cobra uma reforma administrativa no governo federal



O modelo de gestão da presidente Dilma Rousseff foi criticado ontem por Paulo Bauer (PSDB-SC), que cobrou redução no número de ministérios.

— A lógica do governo do PT é criar mais e mais ministérios. Assim, mais e mais companheiros poderão um dia chegar ao status de ministro — disse.

Bauer apoiou discurso do presidente do PSDB, senador Aécio Neves (PSDB-MG), que no fim de semana disse considerar “quase um tapa na cara da população” o governo ter 39 ministérios e 22 mil cargos comissionados preenchidos preferencialmente pelo critério da filiação partidária. Ele reclamou também do excesso de campanhas de marketing do governo para promoção de programas sociais.

Eduardo Lopes avalia que o país atravessa crise de valores



Eduardo Lopes (PRB-RJ) avalia que as manifestações de rua iniciadas há um mês apontam três tipos de crises: a de valores, a de serviços e a representativa. A crise de valores, disse o senador na terça-feira, foi demonstrada com “gritos contra a corrupção”, pedidos de mais ética e cobrança de punição a corruptos. A crise dos serviços foi explicitada por reivindicações por melhorias em saúde, educação, transporte público e mobilidade urbana. Já a representativa, segundo o senador, é justamente aquela que fez os manifestantes pedirem a reforma política e mudanças eleitorais.

Lopes defendeu a figura do suplente de senador. Ele é suplente do atual ministro da Pesca e Aquicultura, senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Renan cita licença ambiental para construção de estaleiro em Alagoas



O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), fez uso da palavra em Plenário para informar que o Ibama concedeu o licenciamento ambiental prévio para o Estaleiro Eisa, que será construído em Coruripe, Alagoas.

Renan disse que a aprovação pelo Ibama é um atestado de que foram corretas as ações previstas no projeto para mitigar o impacto ambiental da construção do estaleiro.

— Isso iguala Alagoas aos outros estados do Nordeste que obtiveram licenças prévias para instalação de seus estaleiros. A nova área escolhida para a implantação proporciona menos interferência na atividade dos pescadores e também na dos catadores e marisqueiros nos manguezais da região de Coruripe.

Audiências debaterão operações do BNDES

Comissão de Assuntos Econômicos vai discutir empréstimos do banco em favor da estatal Eletrobras e do grupo privado EBX, do empresário Eike Batista

DUAS OPERAÇÕES DE crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) — em favor da estatal Eletrobras e do grupo privado EBX — deverão ser discutidas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Por sugestão de Francisco Dornelles (PP-RJ), o presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto, será chamado a explicar um empréstimo de R\$ 2,5 bilhões tomado pela estatal junto ao BNDES. Esse dinheiro, segundo matéria do jornal *Valor Econômico*, possibilitou o pagamento de dividendos aos acionistas da Eletrobras, entre eles a União e o próprio BNDES.

— O que ocorreu? A União emitiu títulos, o que aumentou sua dívida pública. Com os recursos desses títulos, emprestou ao BNDES, que, por meio de uma operação de crédito, impediu o aumento da dívida líquida. O BNDES emprestou à Eletrobras, que distribuiu dividendos e, com

esses dividendos, o Tesouro aumentou o seu superávit primário — resumiu o senador.

Dornelles lembrou que, quando era deputado, foi autor de projeto que resultou na Lei 8.920/1994, que veda o pagamento de dividendos e participações nos lucros com base em saldo credor de conta de correção monetária, apurada por empresas controladas pelo poder público. Dornelles pretende averiguar se a decisão da Eletrobras não está em desacordo com os procedimentos estabelecidos na lei.

Por requerimento de Ana Amélia (PP-RS), a comissão aprovou audiência com o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, para discutir operações creditícias feitas ao grupo EBX, do empresário Eike Batista. O valor dos empréstimos autorizados chega a R\$ 10,4 bilhões.

Na reunião, José Agripino (DEM-RN) lembrou que é autor de projeto de resolução que disciplina o comparecimento trimestral do



Dornelles (E), ao lado do presidente da CAE, Lindbergh, quer ouvir presidente da Eletrobras sobre operação de crédito

presidente do BNDES à CAE, em audiência pública, a fim de expor e discutir a execução e os fundamentos da política de financiamento de investimentos da instituição (PRS 11/2013). O projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e deverá ser votado também pelo Plenário. Segundo Agripino, com a aprovação do projeto, o Senado poderá fazer um

acompanhamento da política de investimentos em todos os segmentos da economia nos quais o banco atua, incluindo as suas dimensões social, regional e ambiental.

Audiências

A CAE aprovou a realização de mais duas audiências. A requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a presidente do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE), Wasmália Socorro Barata Bivar, será convidada para explicar a metodologia de cálculo do produto interno bruto (PIB).

Por sugestão de Dornelles, o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Leonardo Gomes Pereira, virá debater com os senadores a evolução do mercado de capitais no Brasil.

Armando lembra 6 anos do Simples Nacional e aponta risco ao sistema

Armando Monteiro (PTB-PE) comemorou os seis anos do regime simplificado de tributação conhecido como



Moreira Mariz/Agência Senado

Supersimples ou Simples Nacional. O senador explicou que o regime engloba “o que existe de mais moderno e eficiente” em termos de sistema tributário, mas lamentou que as disfunções do sistema tributário brasileiro ameacem as conquistas do Supersimples.

Armando informou que o uso indiscriminado do instrumento de substituição tributária do ICMS está anulando os benefícios que o Simples Nacional proporciona para as micros e pequenas empresas. A regra, oficializada no início da década de 90, permite que o Estado cobre do comerciante o imposto referente à venda do produto não quando esse produto chega ao consumidor, mas quando ele sai da indústria.

— A antecipação e a substituição do recolhimento dos impostos só desfavorecem a expansão dos pequenos negócios. A carga tributária sobre os pequenos empreendedores tem crescido significativamente, dado que a alíquota do recolhimento pela substituição tributária no ICMS é expressivamente maior do que a alíquota no regime simplificado de tributação — protestou.

Gurgacz pede diálogo da Aneel com sociedade sobre obras de usinas

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve dialogar com a população de Rondônia, defendeu Acir Gurgacz (PDT-RO).

O senador espera entendimento sobre as mudanças autorizadas recentemente pela agência nos projetos originais de construção das usinas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, no estado, com a finalidade de ampliar a capacidade de produção de energia do complexo hidrelétrico.

Gurgacz disse que o aumento da capacidade de geração de energia pelas duas hidrelétricas é positivo para o desenvolvimento do país, mas as obras causarão novos impactos ambientais e sociais que precisam ser discutidos.

— Até o momento, nem as duas usinas nem a Aneel procuraram o governo do estado ou a Prefeitura de Porto Velho, a Assembleia Legislativa, a bancada federal ou a sociedade organizada — protestou.

Para o senador, é necessário rediscutir os programas sociais, o percentual dos royalties e o repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que, pelas regras atuais, será todo destinado para os estados compradores ou consumidores da energia. Ele disse que apresentou a PEC 125/2011, propondo que o repasse do ICMS seja feito também aos estados produtores de energia.

Burocracia prejudica a economia do Brasil, afirma João Vicente

João Vicente Claudino (PTB-PI) defendeu a desburocratização para acelerar a economia.



Moreira Mariz/Agência Senado

— A burocracia é uma realidade em todos os setores, públicos ou privados. O excesso de obrigações acessórias impõe sobrecarga de tarefas, eleva custos, compromete a produtividade e segura o país no andar de baixo da competitividade — disse.

De acordo com o intelectual alemão Max Weber, disse o senador, a burocracia seria uma organização que se baseia na racionalidade para garantir a máxima eficiência. Para João Vicente, porém, isso não está presente no mundo atual.

A burocracia, disse o senador, atualmente tornou-se um entrave para o crescimento do país. No meio empresarial, acrescentou, é um dos principais obstáculos ao empreendedorismo. Estudo recente com 26 mil executivos de 90 países, comentou o parlamentar, mostrou que 93% dos empresários brasileiros acreditam que o excesso de burocracia é o principal motivo para o “crescimento inexpressivo” da economia. A falta de apoio do governo foi citada como o segundo grande obstáculo (76%) e a dificuldade para conseguir crédito apareceu em terceiro lugar na lista (75%), informou.

Sérgio Souza faz balanço de seus dois anos de mandato

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR) fez um balanço de suas atividades em dois anos de mandato, destacando a promulgação de matérias oriundas de projetos em que trabalhou, entre elas a da Emenda Constitucional 73/2013, que cria quatro novos tribunais regionais federais no país.

Ele afirmou que a medida demonstra de forma inequívoca a convergência de posicionamentos entre Legislativo e Judiciário em torno do assunto. Primeiro suplente de Gleisi Hoffmann, ministra-chefe da Casa Civil, Souza coordenou a frente parlamentar em defesa da criação dos tribunais.

Souza adiantou que pretende apresentar ao parecer preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2014, a ser votado em agosto, emenda de R\$ 516 milhões para a construção dos tribunais. O senador também destacou o PLS 2/2012, de sua autoria, que inclui as disciplinas Cidadania, Moral e Ética e Ética Social e Política nos ensinos fundamental e de nível médio. Aprovado no Senado, o projeto foi à Câmara.

O senador citou ainda a aprovação de emenda de sua autoria ao Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, que destina R\$ 1,5 bilhão a ferrovias no Paraná. Destacou que foi o relator do projeto de resolução que extingue o voto secreto em decisões da Mesa e das comissões permanentes da Casa.

Para Cassol, exigência de placa em trator é burocracia inaceitável

Ivo Cassol (PP-RO) criticou a determinação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) de emplacamento de tratores e máquinas agrícolas. Ele considerou a exigência “inaceitável, incompetente e desonesta”, por ocupar o produtor rural com burocracia desnecessária.

Ao destacar a importância do agronegócio nas exportações brasileiras e no consumo interno, Cassol ressaltou que “é muito fácil criar empecilhos” para os produtores do país.

— Pujança vem da liberdade de produzir. No caso da produção rural brasileira, registra-se o apelo para que a atenção que o setor vem recebendo não acabe com sua liberdade e iniciativa — disse.

O senador afirmou que, mesmo sendo de partido da base do governo, é totalmente contrário às medidas tomadas “por burocratas que vivem em salas com ar-condicionado e nunca pegaram no cabo de uma enxada”.

— Que não se obrigue o produtor rural a perder horas nas intermináveis filas do Denatran, já abarrotado. Que não se onere o produtor com custos desnecessários — argumentou.

Cassol conclamou os demais senadores a se unirem às entidades de classe no repúdio às resoluções do Contran.



Moreira Mariz/Agência Senado

De acordo com proposta aprovada ontem, que agora vai para a Câmara dos Deputados, a defesa do patrimônio público e social será incluída entre as possíveis finalidades da ação civil pública

Projeto amplia proteção do patrimônio público

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei que inclui a proteção do patrimônio público e social entre as possíveis finalidades da ação civil pública.

O projeto (PLS 121/2011) foi apresentado por Walter Pinheiro (PT-BA) e contou com relatório favorável de Pedro Taques (PDT-MT).

Se não houver recurso para exame no Plenário do Senado, o texto será enviado para a Câmara dos Deputados.

A proposta modifica a Lei 7.347/1985, que “disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico”.

O texto de Pinheiro soma



Senador Pedro Taques, que deu parecer favorável ao projeto aprovado ontem

a esses itens o patrimônio público e social.

O senador argumenta que o acréscimo resultará “na ampliação desse privilegiado instrumento de proteção dos interesses sociais [a ação civil pública], com possibilidade de ressarcimento dos cofres públicos pelos eventuais prejuízos causados”.

Taques, no relatório, afirma

que as medidas propostas “são, mais que oportunas, prudentes, pois não apenas afastarão parte considerável das interpretações jurisdicionais que pretendam restringir o objeto da ação civil pública, como também dificultarão iniciativas legiferantes futuras com semelhante finalidade, doravante tratadas, muito provavelmente, como retrocesso”.

Pimentel felicita reitora de nova instituição no Ceará

Na presidência dos trabalhos da sessão plenária de ontem, José Pimentel (PT-CE) saudou a primeira reitora da Universidade Federal do Cariri (CE), Suely Salgueiro Chacon. A universidade foi criada depois que o Senado aprovou, em maio, projeto do Executivo com esse objetivo.

Também foram criadas em 2013 a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), em Marabá; a Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), em Barreiras; e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSBA), em Itabuna.

— Com essas quatro universidades, o Brasil passa a ter 63 universidades públicas federais e gratuitas — comemorou o senador.

Petecão apoia professores em greve no Acre

Sérgio Petecão (PSD-AC) prestou solidariedade aos professores municipais e estaduais em greve em Rio Branco desde 25 de junho.

— Mesmo diante da situação que se agrava, o prefeito de Rio Branco, Marcus Alexandre, e o governador do Acre, Tião Viana, não acenam com a possibilidade de encontrar uma saída.

Petecão também fez um apelo a Anibal Diniz (PT-AC) para que elabore parecer ao projeto que amplia a diferença dos fusos horários do Acre e o oficial de Brasília, de uma para duas horas (PLC 43/2013). O fuso vigorou de 1913 a 2008.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lídice defende mais presença feminina na política

Lídice da Mata (PSB-BA) defendeu uma maior participação de mulheres e negros na política, em busca de uma reforma que permita maior representação da “cara multifacetada” do Brasil.

A senadora propôs, num trabalho paralelo aos tribunais eleitorais, fiscalizar se os partidos separam 5% do fundo para a formação de mulheres e 10% do tempo de propaganda no rádio e TV para as candidatas.

— Temos que tomar para nós essa tarefa ou não haverá mudança.

A senadora afirmou que as mulheres são desestimuladas a participar da política. No entanto, segundo Lídice, pesquisas demonstram o contrário, que o povo confia mais nelas para defender os interesses.

Paim faz balanço de atividades de subcomissão

As atividades da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Direitos da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso foram lembradas por Paulo Paim (PT-RS), que presidiu o colegiado no primeiro semestre deste ano.

O senador também destacou temas debatidos na Comissão de Direitos Humanos (CDH), como saúde do trabalho, salário dos militares federais, direito de organização dos trabalhadores do setor público e discriminação aos portadores do HIV.

— Dizem que sou um senador que gosta de realizar audiências públicas. Sim, gosto de dar oportunidade à sociedade para que tenha vez e voz dentro desta Casa — afirmou.

Souza: alternativa na questão da maioria penal

Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu proposta dele (PLS 190/2012) que possibilita a aplicação de pena prevista no Código Penal para o adolescente no caso de reincidência na prática de infração grave.

Para ele, essa seria uma solução intermediária para a polêmica sobre a redução da maioria penal, já que trará punição mais rígida sem alterar a maioria.

Ele explicou que o tratamento seria diferente do estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê apenas medidas socioeducativas e internação para o menor reincidente em infração grave.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia pede atenção a perdas de fundos de pensão

Preocupada com as perdas de rendimento dos fundos de pensão das estatais, Ana Amélia (PP-RS) cobrou do poder público uma “atenta observação” à transparência na gestão contábil e financeira.

— É uma maneira de preservar direitos básicos: proteger a poupança e os investimentos de todos aqueles, especialmente trabalhadores, que têm contribuído ano a ano para acumular recursos para a aposentadoria complementar — disse.

Um requerimento da senadora foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para ouvir o diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, José Maria Rabelo.

Comissão aprova regras para cercas elétricas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem regras mínimas para a instalação de cercas eletrificadas em residências ou condomínios. O relator, João Alberto Souza (PMDB-MA), acatou substitutivo ao projeto (PLC 52/2010) aprovado pela Comissão de Infraestrutura (CI). O texto será analisado em turno suplementar pela CAS, em votação final.



— A maior parte dos municípios não impõe normas, o que resulta na proliferação sem critério e número crescente de mortes e ferimentos.

O substitutivo determina que as cercas eletrificadas devem ser instaladas a uma altura compatível com a finalidade a que se prestam. Em áreas urbanas, deve ser observada altura mínima que minimize o risco de choque.

Menores de 18 e maiores de 50 anos poderão parcelar férias

Parcelamento de férias poderá ser estendido a menores de 18 e maiores de 50 anos, segundo substitutivo de Armando Monteiro (PTB-PE) ao PLS 62/2005, de Paulo Paim (PT-RS), aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais.

Pagamento de bolsa a estagiário será tema de debate

A pedido de Ana Amélia (PP-RS), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) fará uma audiência para discutir, em data a ser marcada, a obrigatoriedade de concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação a estagiários.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretora-adjunta: Virgínia Galvez
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Sílvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Comissão mista vai analisar veto parcial ao Ato Médico

Quatro senadores e cinco deputados avaliarão trechos eliminados pela presidente Dilma Rousseff, como o que dava a médicos exclusividade na formulação de diagnóstico e prescrição terapêutica

AO PRESIDIR A sessão plenária de ontem, Sérgio Souza (PMDB-PR) leu os nomes dos parlamentares que integrarão a comissão mista destinada a relatar o veto parcial da presidente Dilma Rousseff ao projeto de lei do Ato Médico (PLS

268/2002), que foi aprovado pelo Senado no mês passado. Dilma derrubou, por exemplo, o inciso 1º do artigo 4º, o qual previa que a formulação de diagnóstico e a prescrição terapêutica seriam atividades privativas dos médicos.

Para compor a comissão, foram designados os senadores Romero Jucá (PMDB-RR), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Gim (PTB-DF). Os deputados escolhidos para o colegiado foram André Vargas (PT-PR), Darcísio Perondi (PMDB-RS), Eduardo Barbosa (PSDB-MG), Eleuses Paiva (PSD-SP) e Arnon Bezerra (PTB-CE).

A proposta, que tramitou por quase 12 anos no Congresso e gerou muita polêmica, com 27 audiências públicas, regulamentada a atividade médica.

Souza leu também os nomes dos membros das comissões mistas destinadas a examinar os vetos ao PLV 13/2013 (MP 606/2013) e ao PLV 15/2013 (MP 609/2013).



Lu de Paula/Agência Senado

Pimentel informou que medida foi tomada após acordo de líderes

Adiada criação de grupo que examinará MP dos Médicos

Foi adiada para 7 de agosto a instalação da comissão especial que analisará a Medida Provisória (MP) 621/2013, que cria o Programa Mais Médicos. Segundo José Pimentel (PT-CE), o adiamento foi acertado pelos líderes. Ele disse que a reunião de ontem atendeu a obrigação de a comissão reunir-se dez dias após a edição da chamada MP dos Médicos. A relatoria caberá à Câmara, e a presidência, a um senador.

A finalidade do Programa Mais Médicos, criado pela

MP 621, é formar recursos humanos na área médica para o Sistema Único de Saúde (SUS). Entre outros pontos, a MP estabelece novos parâmetros para a formação médica no Brasil, incluindo prática obrigatória de dois anos no SUS para os estudantes de Medicina, e prevê oferta de bolsas para curso de especialização de três anos em atenção básica de saúde, inclusive para médicos estrangeiros, em regiões prioritárias do SUS.

(Com Agência Câmara)

Moreira Mariz/Agência Senado



Com médicos nas galerias, senadores aprovaram o ato na sessão de 18 de junho

Taques vai rever projeto sobre medicina legal

Dúvidas sobre a constitucionalidade levaram Pedro Taques (PDT-MT) a pedir vista do Projeto de Lei do Senado 20/2012, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), que incentiva a criação de unidades de serviço de medicina legal em regiões metropolitanas e cidades do interior. A proposta tem parecer favorável do relator, Humberto Costa (PT-PE), e deverá ir a votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Para Taques, o projeto só poderia estabelecer normas gerais, mantendo a prerrogativa dos estados para regulamentá-las. Ele lembrou que a legislação nacional não tem competência para temas estaduais. Alvaro Dias (PSDB-PR) reforçou a opinião de Taques e criticou também a transferência de mais encargos a estados e municípios.

O projeto determina a estados a adoção de providências para que a medicina legal seja prestada em tempo hábil.

Waldecir Barreto/Agência Senado



Humberto informa que em agosto apresentará relatório

Humberto quer mais recursos para hospitais públicos

Os gargalos na saúde só terão solução definitiva com a destinação de mais recursos para o setor, disse ontem Humberto Costa (PT-PE). Relator da comissão especial criada para debater o financiamento da saúde pública, ele afirmou que, nas discussões com a sociedade, foi unânime a opinião de que é preciso ter mais recursos.

— Em agosto, vamos apresentar o relatório da comissão e um projeto que buscará redefinir a participação da União nos gastos com a saúde.

O senador explicou que a destinação de 10% da receita bruta da União para a saúde não seria uma medida imediata, já que é preciso desenvolver um planejamento de gasto e fiscalização.

— É fundamental que haja da parte do governo a sensibilidade para discutir. Até o presente momento, nós não conseguimos um diálogo mais aberto — afirmou.

Figueiró: texto deveria ser só sobre atividade médica

Ruben Figueiró (PSDB-MS) disse ontem que o Programa Mais Médicos poderá contribuir para ampliar o acesso à saúde, mas o texto do projeto é “extenso e complicado”, em razão das 567 emendas apresentadas.

Para Figueiró, a MP poderá ser o marco regulatório do direito à saúde e à prestação de assistência pelo Estado, mas não parece didática a conjugação de assuntos específicos à educação na área do ensino superior e à coordenação das atividades dos médicos participantes.

— Preferiria que a MP se fixasse apenas na regulação da atividade médica para atendimento das regiões carentes.

O senador disse que a discussão do Programa Mais Médicos constitui um grande avanço na busca de saúde para todos. Ele espera que o Congresso encontre um consenso entre o governo e as reivindicações das entidades médicas, para um sistema eficaz.



Texto do projeto é extenso e complicado, segundo Figueiró

Moreira Mariz/Agência Senado



Senador defende realização de audiências sobre a proposta

Flexa rejeita uso de MP para tentar melhorar a saúde

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou a tentativa do governo de resolver o problema da saúde no Brasil com a edição de uma medida provisória. A MP 621/2013, conhecida como MP dos Médicos, chegou ao Congresso na última semana e já recebeu quase 600 emendas. O texto é alvo de protesto de médicos e estudantes de Medicina pelo país.

O senador leu artigo do filho dele, o médico Fernando Flexa Ribeiro Filho, afirmando que o pacto proposto pelo governo é uma decisão unilateral e transfere para os profissionais a responsabilidade pela “saúde caótica” do país.

“O principal problema da saúde pública não é a falta de médicos, mas o subfinanciamento público da saúde”, argumenta o autor do artigo.

Flexa se disse favorável à realização de audiências públicas sobre o assunto. Para ele, é necessário aperfeiçoar a proposta.

Davim: Programa Mais Médicos é um equívoco

Paulo Davim (PV-RN), que é médico, criticou a medida provisória que cria o Programa Mais Médicos. Para ele, a iniciativa é um equívoco e exige um debate responsável.

Davim questionou a exigência de que os estudantes de Medicina trabalhem durante dois anos no Sistema Único de Saúde (SUS) para obter o diploma. A obrigatoriedade valeria para os estudantes que ingressarem no curso a partir de 2015.

— Essa MP aumenta o tempo de formação em Medicina de seis para oito anos, quando o discurso é que faltam médicos — protestou.

— Faltou diálogo com várias categorias. Não se discutiu com quem vive o dia a dia das escolas de Medicina. Várias faculdades vão publicar um documento para manifestar desacordo.

Davim também criticou os vetos à Lei do Ato Médico, que regulamenta a profissão.



Médico, Davim questionou as novidades do programa federal

Para Pimentel, profissionais não atendem demanda

A quantidade de médicos em atuação não atende a demanda dos serviços de saúde e está distribuída irregularmente pelo país, segundo José Pimentel (PT-CE). O senador elogiou a MP que cria o Programa Mais Médicos e chamou a atenção para as unidades de saúde que não funcionam por falta de médicos e a carência de especialistas em áreas como pediatria.

Para Pimentel, as estatísticas apresentadas na justificativa da Medida Provisória 621/2013 constituem “diagnóstico preciso” da falta de médicos no país: o Brasil tem 1,8 médico por mil habitantes.

O senador elogiou as medidas adotadas pelo governo federal desde 2003 que têm levado ao aumento do número de médicos e de postos de trabalho na rede pública de saúde, mas lamentou que ainda faltem estímulos para o preenchimento de vagas. Pimentel espera a abertura de um amplo debate com a classe médica de modo a “construir a unidade necessária” para aprovação da MP.

Em apartes, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Humberto Costa (PT-PE) pediram que o Senado discuta o financiamento da saúde.

Servidor federal que trabalha na fronteira poderá ganhar gratificação

Proposta, que prevê R\$ 91 extras por dia e agora vai para o Plenário, beneficia policial federal, auditor fiscal e fiscal agropecuário e do trabalho

POLICIAIS FEDERAIS, AUDITORES fiscais e fiscais agropecuários e do trabalho que atuam em áreas afastadas do país poderão passar a receber a chamada gratificação de fronteira. O pagamento, de R\$ 91 por dia de trabalho, está previsto num projeto de lei que foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta agora vai para o Plenário, com requerimento para análise em regime de urgência.

De iniciativa do Poder Executivo, o PLC 47/2013 recebeu parecer favorável do relator, Sérgio Petecão (PSD-AC). De acordo com ele, a gratificação de fronteira é devida apenas aos servidores efetivos dessas categorias que atuam na prevenção, na fiscalização e na repressão de delitos transfronteiriços.

Caberá ao governo federal definir as localidades estratégicas que irão compor as áreas de recebimento do benefício.

Apesar de isenta do Imposto



O relator, Petecão (E), ouve o presidente da CCJ, Vital do Rêgo, ao lado do senador José Agripino: parecer favorável

de Renda, a gratificação não poderá ser paga cumulativamente com diárias, indenização de campo ou qualquer outra parcela compensatória decorrente de trabalho em região de fronteira. O pagamento terá efeito retroativo a 1º de janeiro de 2013.

Embora tenham reconhecido o mérito do PLC 47/2013, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Pedro Taques (PDT-MT) fizeram ressalvas a mudanças inseridas no texto original pela Câmara. Eles questionaram a

constitucionalidade da extensão da gratificação de fronteira para os fiscais agropecuários e do trabalho, aprovada pelos deputados e mantida pelos senadores.

Segundo eles argumentaram, a inserção das duas categorias pela Câmara não seria possível, a rigor, por gerar despesas para outro Poder, no caso, o Executivo. Petecão ponderou pela manutenção dos fiscais agropecuários e do trabalho, que também participam, como observou, de ações conjuntas

nas regiões de fronteira com policiais e auditores fiscais federais.

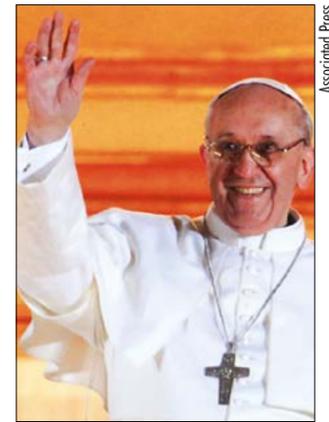
— Não dá para desvincular e sacrificar essas duas categorias. Se tiver de vetar [a extensão da gratificação de fronteira], a presidente [Dilma Rousseff] vetará — afirmou o relator.

Sérgio Souza (PMDB-PR) também registrou apoio ao PLC 47/2013, observando que a fronteira do país é enorme, sendo necessário, portanto, valorizar os servidores federais que trabalham nessas regiões.

Cancelada comitiva que acompanharia visita do papa

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou em Plenário o cancelamento da comissão de senadores que iria representar o Senado durante a visita do papa Francisco ao Brasil, na próxima semana, por conta da Jornada Mundial da Juventude, a ser realizada no Rio.

Segundo Renan, o grupo cresceu e o “Senado não vai custear passagens nem hotéis, por isso, a comissão representativa está cancelada”.



O papa Francisco vai participar da Jornada Mundial da Juventude

Comissão deve convidar Malala Yousafzai para audiência



Ana Amélia propôs ouvir jovem paquistanesa vítima de atentado

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deseja ouvir em audiência pública a paquistanesa Malala Yousafzai, de 16 anos, sobre a luta dela em defesa da educação.

O requerimento para o convite foi proposto por Ana Amélia (PP-RS). A jovem sobreviveu a um tiro no rosto, desferido em atentado promovido em 2012, no Paquistão, por radicais talibãs, contrários à educação escolar de mulheres. Malala foi levada para Londres, onde

recebeu tratamento médico e se recuperou. Agora, ela e a família vivem em Birmingham, na Inglaterra. Há poucos dias, ao completar 16 anos, Malala discursou na Organização das Nações Unidas (ONU).

Depois do atentado, muitas famílias paquistanesas mantiveram as filhas dentro de casa. Porém, conforme agências internacionais, depois da recuperação de Malala e devido à continuidade da luta dela, as matrículas de meninas em escolas voltaram a crescer.

A CE agora deverá encaminhar ofício à Diretoria-Geral do Senado para assegurar que Malala venha ao Brasil.

A comissão também aprovou dois outros pedidos de audiência. Uma delas, em conjunto com as Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), debaterá a realização do torneio Internacional de Educação Profissional Worldskill, em São Paulo, em 2015. Sugerida pelo presidente da CE,

Cyro Miranda (PSDB-GO), a audiência também vai servir para debater a participação do Sistema S na educação profissional no país.

Outra audiência aprovada deverá ser realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para ouvir instituições da sociedade civil sobre proposta de instituir uma semana de conscientização sobre o bem-estar e a saúde dos bebês de até 24 meses. A sugestão foi de Lídice da Mata (PSB-BA).

Para Ferraço, Cúpula do Mercosul teve pouco avanço



Ricardo Ferraço (PMDB-ES) considerou uma “oportunidade perdida” o encontro da Cúpula do Mercosul realizado na semana passada. Segundo Ferraço,

presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), seria a oportunidade de reavaliar as opções para o fortalecimento do bloco.

— O Mercosul é fundamental por tudo que representa, não só para a nossa economia, mas para a economia dos países que compartilham conosco desse bloco. Oportunidades como essa não podem ser desperdiçadas — disse.

Segundo ele, outros temas acabaram “engolindo” os resultados práticos do encontro, como a denúncia de espionagem praticada pelos EUA.

Suplicy quer homenagem a Vieira de Mello



Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ter enviado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) um pedido de audiência pública, em 19 de agosto, para lembrar os dez anos de morte do funcionário da Organização das Nações Unidas (ONU) Sérgio Vieira de Mello. Alto comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Vieira de Mello morreu em 19 de agosto de 2003, num atentado no Iraque contra a sede local da ONU.

A audiência pública, defendeu ele, seria uma homenagem ao “ilustre brasileiro que dedicou sua vida à promoção da paz mundial e à busca da justiça”, tornando-se um exemplo para todos os cidadãos.

Anibal: voz das ruas precisa ser ouvida e filtrada



Anibal Diniz (PT-AC) leu em Plenário um artigo do ex-deputado e sociólogo Nilson Mourão que afirma que a sociedade já não conta com os fazedores de opinião e que os jovens já não têm referências ou mestres.

— Qualquer jovem, com um computador na mão, sente-se dono do mundo. Com isso, desabam valores morais, modelos de sociedade, instituições sólidas.

O senador disse que os parlamentares têm a responsabilidade de conduzir o Brasil escutando as vozes das ruas. — As vozes das ruas merecem ser ouvidas, mas precisam ser filtradas. Respeitamos os movimentos e queremos encontrar respostas plausíveis para as reivindicações, mas não podemos fazer no atropelo.

Capiberibe cobra política para povos indígenas



O Projeto de Lei Complementar 227/2012 foi criticado por João Capiberibe (PSB-AP) ontem. Ele teme que esta e outras normas em tramitação abram as terras indígenas à “supremacia desenvolvimentista” e frisou que falta uma política de Estado em defesa dos índios.

— O governo pode e deve garantir aos índios as terras que lhes foram tomadas e negadas ao longo dos séculos com o apoio dos governos estaduais e federal — declarou.

Para o senador, as garantias constitucionais dos índios estão em risco. Capiberibe criticou também a “grande influência no Parlamento” de representantes do agronegócio, que “pretendem tirar direitos dos povos indígenas”.